

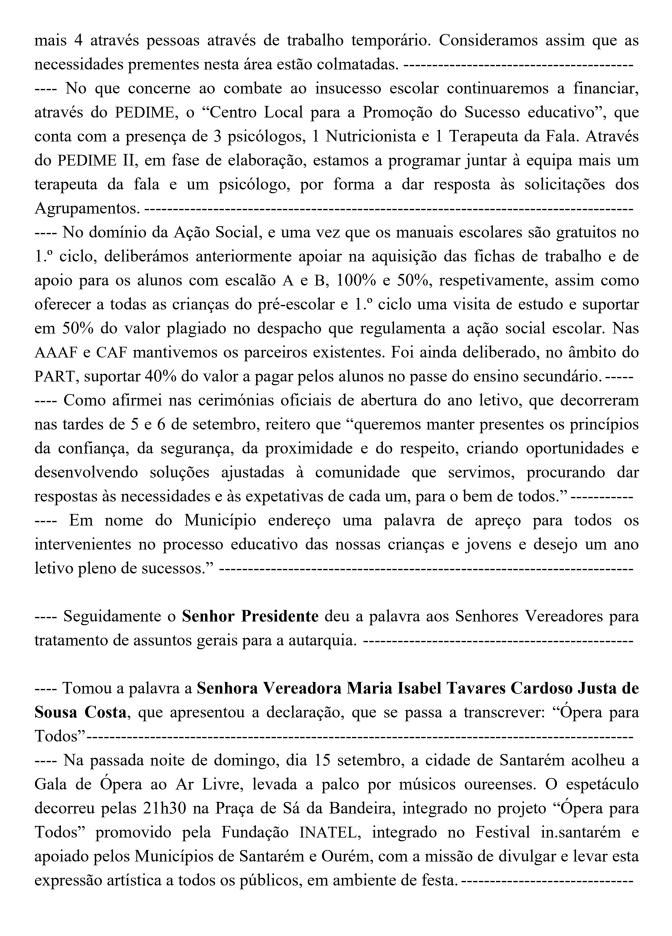
ATA N.º 21 (REUNIÃO PRIVADA)

ABERTURA DA REUNIÃO
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º, DO ANEXO I À
LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
ooxxxoo
000
FALTAS DE MEMBROS DA CÂMARA
O Senhor Presidente informou os presentes de que, ao abrigo da Delegação de
Competências efetuada na reunião de 30 de outubro de 2017, considerou justificadas
as faltas dos Senhores Vereadores NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS, por este se
encontrar de férias e JOÃO MIGUEL CALDEIRA HEITOR, por motivos de ordem
profissional
A CÂMARA FICOU INTEIRADA
ooxxxoo
000
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
Nos termos do artigo 52.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o
Senhor Presidente tomou a palavra para propor que a reunião ordinária de 30 de
setembro de 2019, seja antecipada para as 15h00, tendo merecido a concordância de
todo o executivo

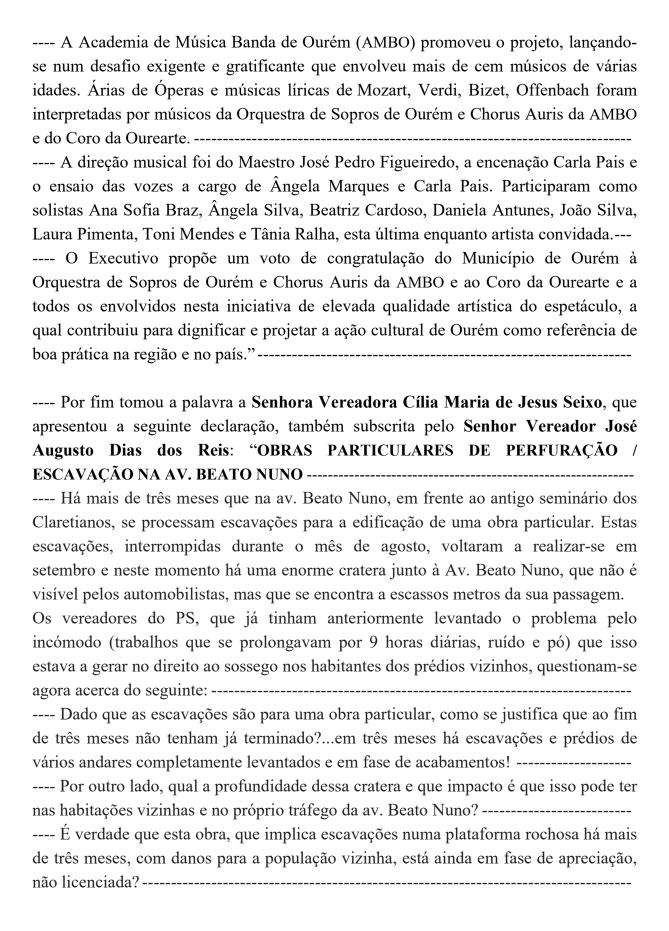


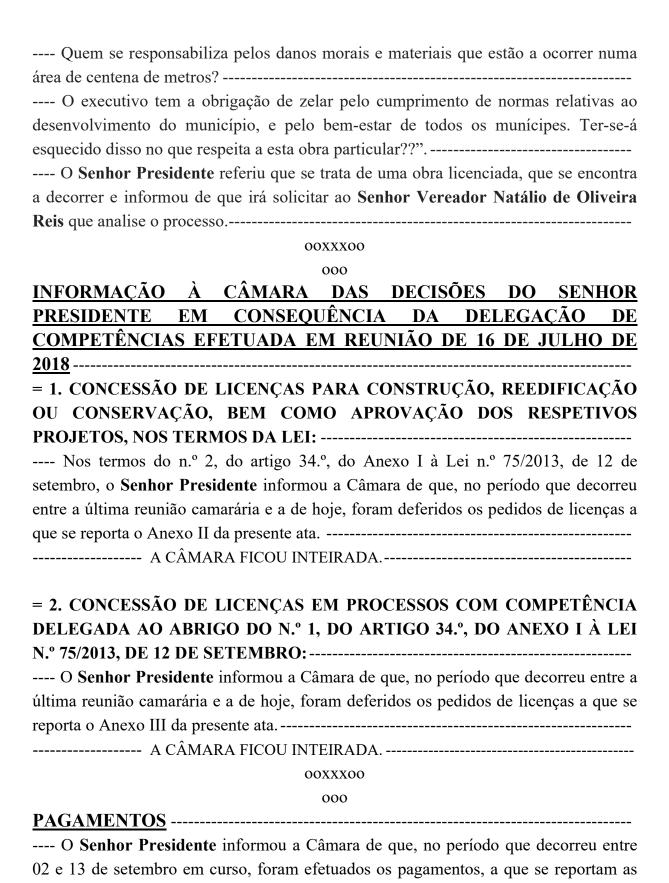
---- De seguida o Senhor Presidente apresentou a declaração, que se passa a transcrever: "No início de mais um ano letivo permitam-me uma palavra de algum regozijo e apreço especialmente para com os Pais e Encarregados de Educação pois temos este ano mais 140 crianças a frequentar as nossas escolas e jardins públicos. Já nos colégios de Fátima, congratulamo-nos com o aumento do nº de turmas no 7.º e 10.º ano, fruto de um trabalho concertado, que todos conhecem, e que acreditamos permitir o que sempre defendemos, ou seja, que os alunos de Fátima tenham lugar nos colégios de Fátima. Estes dados são para nós um motivo de orgulho, mas também de responsabilidade acrescida.--------- O Município, apesar de todas as dificuldades existentes, e recordo-vos que existe um contrato de execução, sobre o qual reforço que, em termos financeiros é ainda deficitário para o Município, tem procurado diligenciar todos os esforços para que o arranque do ano letivo decorra com toda a normalidade e tranquilidade possível. ---------- Sabemos e temos consciência que existem ainda alguns problemas, quer com os edificios, quer com os recursos humanos e materiais, apesar de muitos já terem sido mitigados, mas só trabalhando em estreita articulação com toda a Comunidade Educativa os poderemos minimizar. Da nossa parte continuaremos a trabalhar, na procura constante de consensos e soluções, promovendo sempre uma cultura de diálogo, de participação e de partilha, pois acreditamos que é este o caminho.--------- É com base nestes princípios que vos posso informar que, para além das obras de requalificação que realizamos no ano transato, e foram muitas, no próximo mês irão iniciar-se as obras de construção do Centro escolar da Carvoeira. Paralelamente estamos também a efetuar melhorias nas Escolas do Pisão nas Matas, na EB1/JI de Casal do Bernardos e no Centro Escolar de Santa Teresa. Estas apesar de registarem um algum atraso, estamos a articular com os Diretores, Docentes, Juntas de Freguesia e Associações de Pais e Encarregados de Educação, a melhor forma de minimizar o seu impacto nas atividades letivas e garantir a efetiva segurança das crianças.--------- Já os Centros Escolares de Ourém Nascente, Misericórdias e Freixianda, como sabem, apresentam graves problemas estruturais, decorrentes de um planeamento e construção deficitária, apesar de recente, e que carecem de resolução. Estamos a diligenciar para que no decurso deste ano as obras se possam também iniciar e resolver estes problemas, estando em curso o processo de acionamento das respetivas garantias bancárias. --------- Em relação aos recursos humanos colocamos mais 7 Assistentes Operacionais através da bolsa existente, decorrente do concurso ocorrido, e contratualizamos ainda



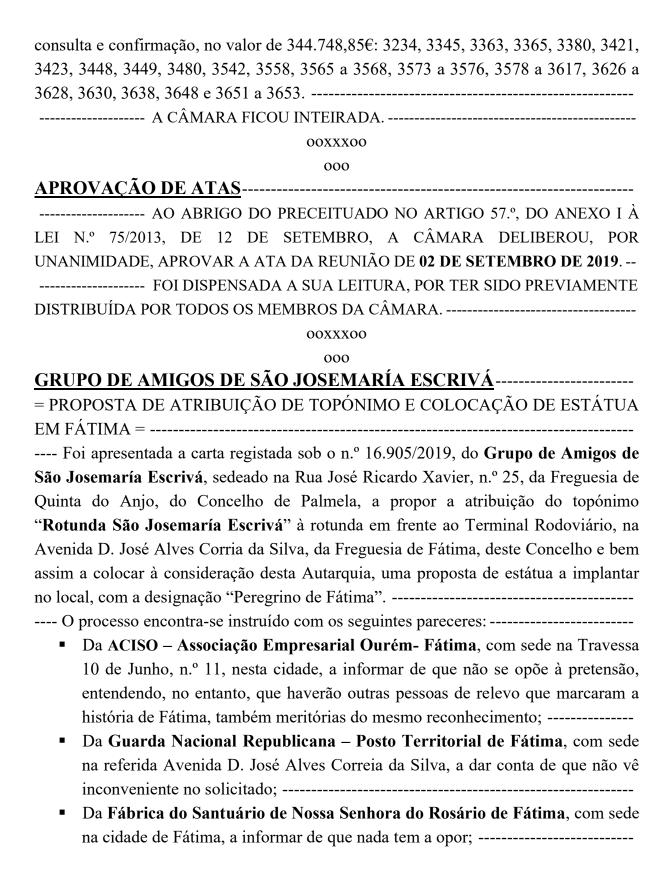




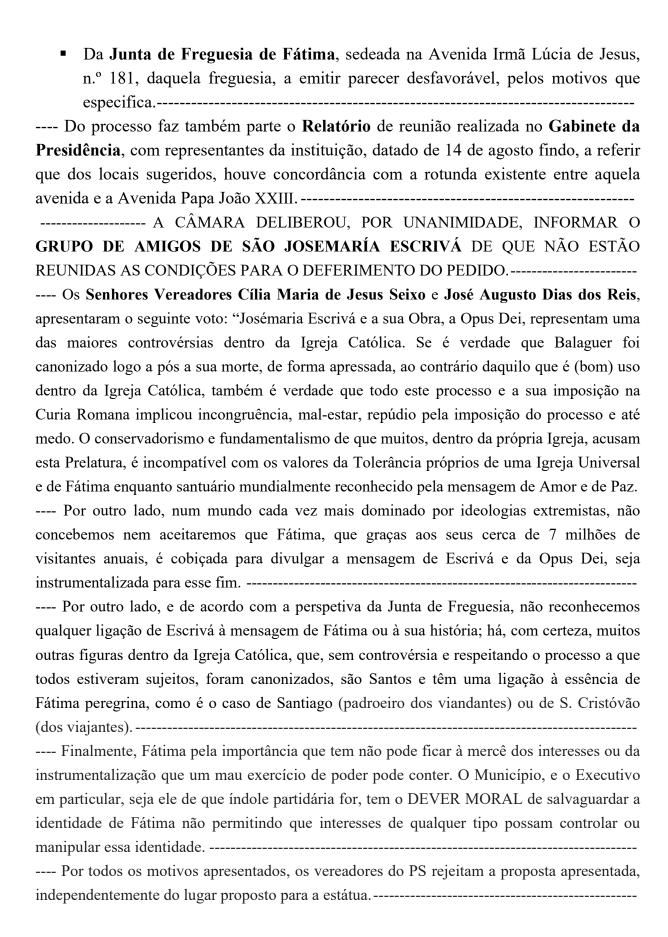




autorizações a seguir indicadas, que colocou à disposição de todos, para efeitos de





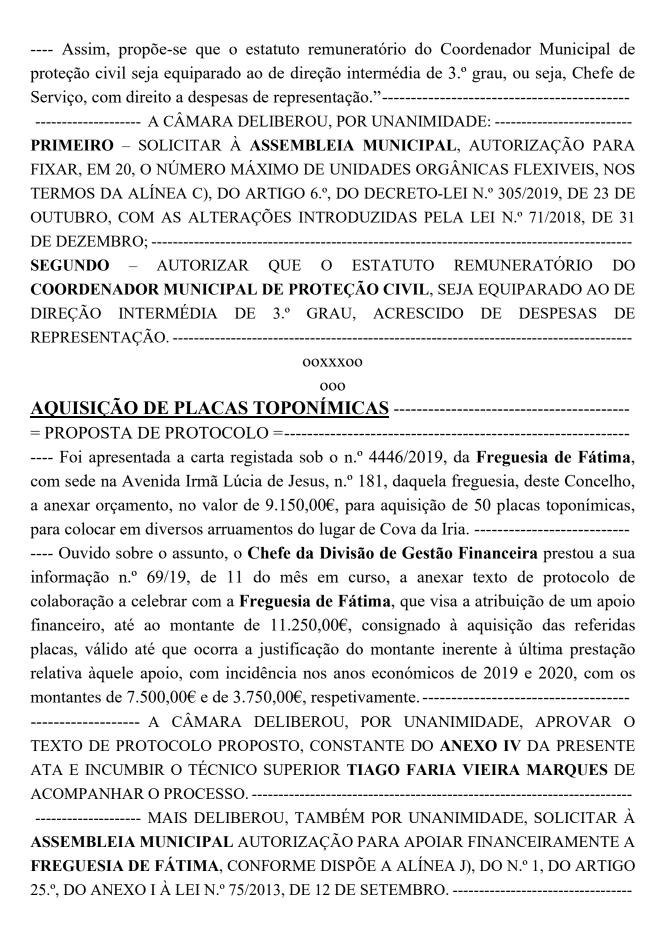




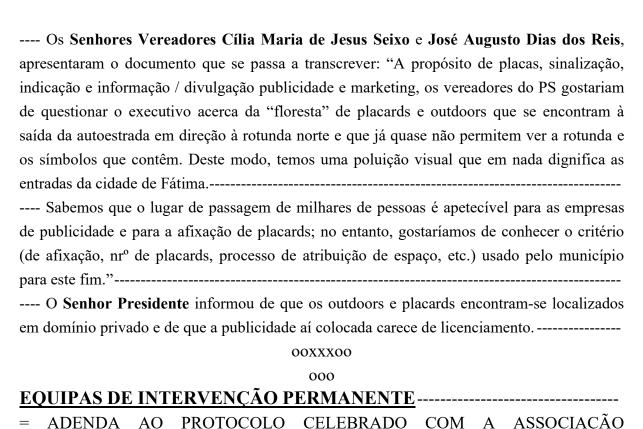
ooxxxoo

000

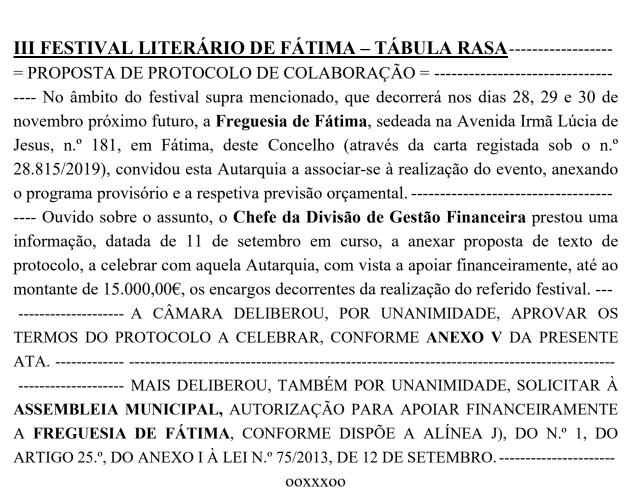
ORGÂNICAS FLEXÍVEIS E ESTATUTO **UNIDADES** REMUNERATÓRIO--------- No âmbito do assunto designado em epígrafe, foi apreciada a proposta registada sob o n.º 40.028/2019, do Senhor Presidente, que a seguir se transcreve: "Decorrente do processo de descentralização, em curso, e ao abrigo do n.º2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, propõe-se uma reestruturação interna dos serviços de forma a dar resposta às novas competências já assumidas e a assumir no curto prazo pelo município.--------- Em termos globais mantém-se a proposta (16/2017 do Sr. Presidente da Câmara), assim como o regulamento, apresentados e aprovados em reunião de Câmara Municipal de 18 de dezembro de 2017 e de Assembleia Municipal de 27 de dezembro, do mesmo ano, propondo-se somente a alteração da alínea b) do n.º 1 da proposta, passando o n.º máximo de unidades orgânicas flexíveis de 14 para 20. --------- Proposta: --------- Solicitar à assembleia que ao abrigo da alínea c) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2019, de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, fixe em 20 o n.º máximo de unidades orgânicas flexíveis.--------- Ainda decorrente do processo de descentralização, o Decreto-Lei n.º 47/2019, de 1 de abril, veio definir que em cada município deve ser designado um coordenador municipal de proteção civil, e que compete à Câmara Municipal, sob proposta do presidente da Câmara, deliberar sobre o seu estatuto remuneratório, podendo equiparálo, apenas para tal efeito, à remuneração de um dos cargos dirigentes da respetiva câmara municipal. ------











ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU 2019 -----

= TRANSFERÊNCIA DE VERBAS =-----

---- No seguimento da carta registada sob o n.º 37.758/2019, da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, referente à transferência de verbas para pagamento de compensação aos membros de mesa nas referidas eleições, o Setor de Contabilidade prestou uma informação, datada de 30 de agosto findo, a propor que a transferência dos valores seja efetuada às freguesias, conforme quadro abaixo descrito:

FREGUESIAS	Nº de mesas	Número de membros	Valor por membro	Valor a transferir por Freguesia
Alburitel	2	10	51,77	517,70 €
Atouguia	2	10	51,77	517,70 €
Caxarias	2	10	51,77	517,70 €
Espite	1	5	51,77	258,85 €
Fátima	12	60	51,77	3 106,20 €
Nossa Senhora das Misericórdias	6	30	51,77	1 553,10 €
Nossa Senhora da Piedade	6	30	51,77	1 553,10 €



TOTAIS	52	260		13 460,20 €
União das freguesias de Matas e Cercal	3	15	51,77	776,55 €
União das freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos	4	20	51,77	1 035,40 €
União das freguesias de Gondemaria e Olival	4	20	51,77	1 035,40 €
União das freguesias de Freixianda, Rib. Fárrio e Formigais	6	30	51,77	1 553,10 €
Urqueira	2	10	51,77	517,70 €
Seiça	2	10	51,77	517,70 €

------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR COM O PROPOSTO.---ooxxxoo

000

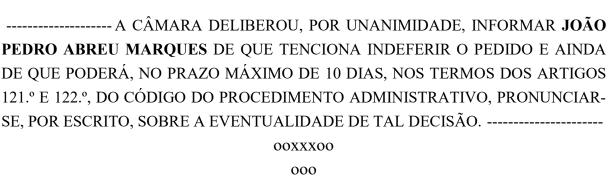
ACIDENTE DE VIAÇÃO ------= PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO =-----

---- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 23.610/2019, de João Pedro Abreu Marques, residente na Rua do Barro, n.º 16, em Vale Travesso, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, do Concelho de Ourém, a informar de que no dia 29 de maio de 2019, sofreu um acidente de viação quando circulava na Estrada Nacional 356, em Águas Formosas, da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, deste Concelho (sentido Rio de Couros/Caxarias), tendo danificado os dois pneus e respetivas jantes do lado direito a viatura, sua propriedade, marca Mercedes-Benz, modelo E320, devido ao mau estado em que se encontrava a berma da referida estrada e a solicitar o ressarcimento da importância de 414,78€, referente aos danos causados, conforme documentos que anexa. -----

---- O processo encontra-se instruído com os seguintes documentos: ------

- Informação n.º 433/19, de 26 de julho último, da Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos, a dar conta, pelos motivos que especifica, de que a responsabilidade dos danos reclamados não deve ser atribuída ao Município; ---
- Informação, datada de 22 de agosto findo, do Setor de Património, a propor o encaminhamento do processo para a Seguradora, face ao parecer dos serviços e à inexistência de Auto de Ocorrência da Guarda Nacional Republicana; ------
- Carta, datada de 29 também do mês findo, da Fidelidade Companhia de Seguros, S.A., com sede no Largo do Calhariz, em Lisboa, a informar de que não há lugar a qualquer indemnização. -----



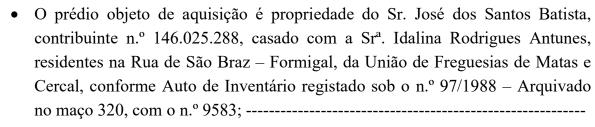


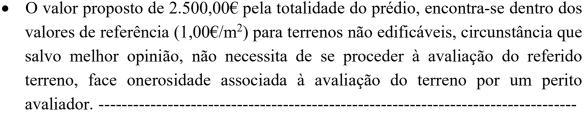
PEDIDO DE MOBILIÁRIO -----

ooxxxoo

000

AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO SITA EM CASTANHEIRINHO – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MATAS E CERCAL





ooxxxoo

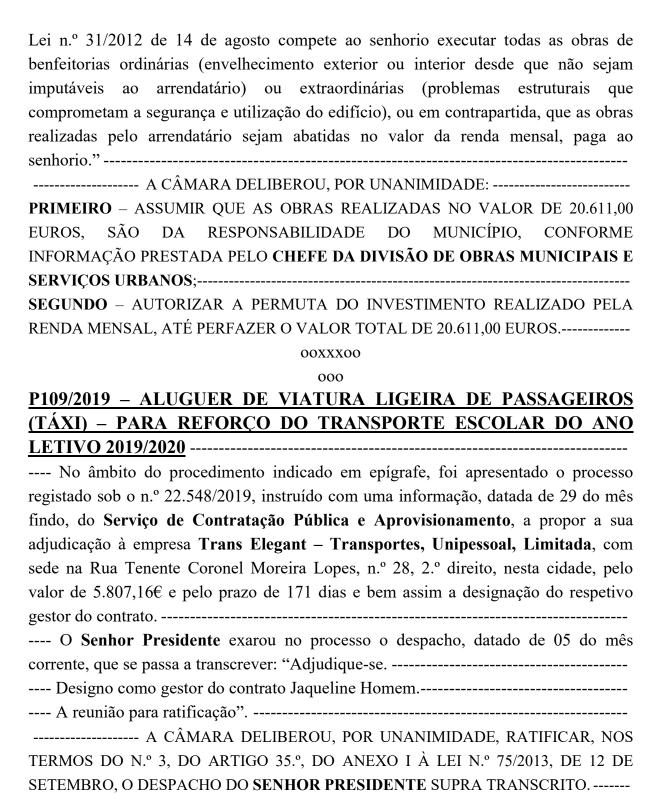
000

ARRENDAMENTO DE EDIFÍCIO SITO NO PARQUE DA CIDADE-ANTÓNIO TEIXEIRA



---- Não obstante, o arrendatário Silva, Assis & Mendes, Lda informa que do investimento realizado no edifício, algum diz respeito à estrutura, assim como do espaço exterior, as quais entendem ser da responsabilidade do Município de Ourém. ------ O chefe da DOMSU através da sua informação n.º 423/2019/DOMSU/184 confirmou o investimento realizado, assim como informa que das obras realizadas, algumas dizem respeito à estrutura do edificio e espaço exterior, independentemente da alteração da atividade exercida no edifício. Essas obras realizadas e imprescindíveis, importam em 20.611,00€ (anexo II). ---------- No que concerne à possibilidade, de se efetuar acerto de contas entre o valor de 20.611,00€ pelas rendas mensais até perfazer o valor, informo que de acordo com a Lei n.º 31/2012 de 14 de agosto, que regula os mais variados aspetos respeitantes ao processo de arrendamento de um espaço, compete ao senhorio executar todas as obras de benfeitorias ordinárias (envelhecimento exterior ou interior desde que não sejam imputáveis arrendatário) ou extraordinárias (problemas estruturais comprometam a segurança e utilização do edifício), ou em contrapartida, que as obras realizadas pelo arrendatário sejam abatidas no valor da renda mensal, paga ao ---- Face ao exposto, e à semelhança de situações anteriores, julgo que a permuta do investimento imprescindível na importância de 20.611,00€ pelo valor da renda mensal até perfazer o valor, é um encargo do senhorio de acordo com a Lei vigente. --------- À consideração superior,".---------- Do processo faz ainda parte a informação, datada de 11 do corrente mês, também do Setor de Património, que de igual modo se transcreve: "informo que o investimento realizado pelo atual arrendatário no edifício sito no Parque da Cidade António Teixeira destinado a cafetaria/bar, restaurante ou similar, incluindo esplanada no logradouro, no âmbito do procedimento de arrendamento edifício, é superior ao proposto em face de entrega de propostas, ficando salvaguardado o definido no n.º 3 do artigo 17º do Programa de Procedimento. --------- Que o investimento realizado no valor de 118.252,14€ (anexo I do MGD 40306) pelo atual arrendatário, o chefe da DOMSU através da sua informação n.º 423/2019/DOMSU/184, confirmou o investimento realizado, assim como informa que das obras realizadas, algumas dizem respeito à estrutura do edificio e espaço exterior, independentemente da alteração da atividade exercida no edifício. Essas obras realizadas e imprescindíveis importam em 20.611,00€ (anexo II do MGD 40306).--------- No que concerne à possibilidade de se efetuar acerto de contas entre o valor de 20.611,00€ pelas rendas mensais até perfazer o valor, informo que de acordo com a



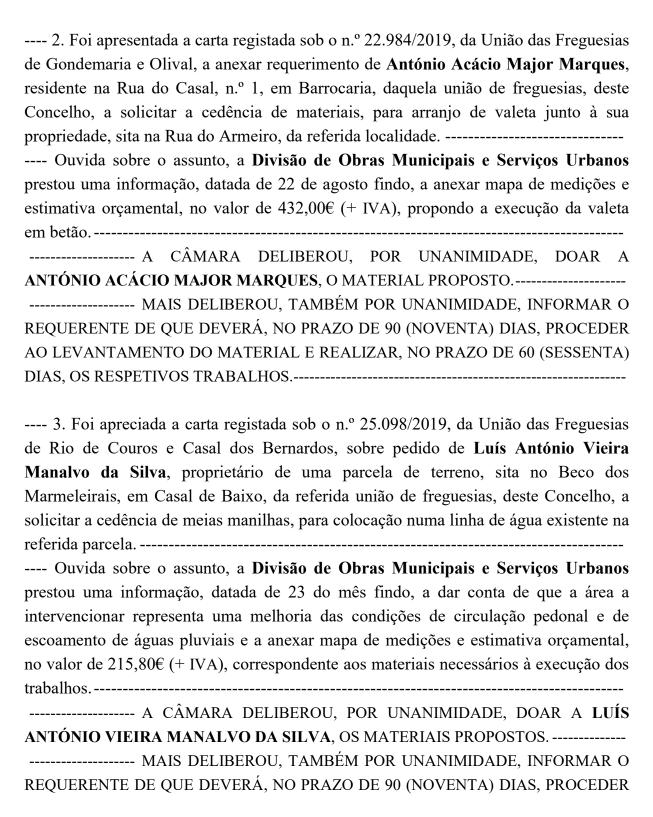




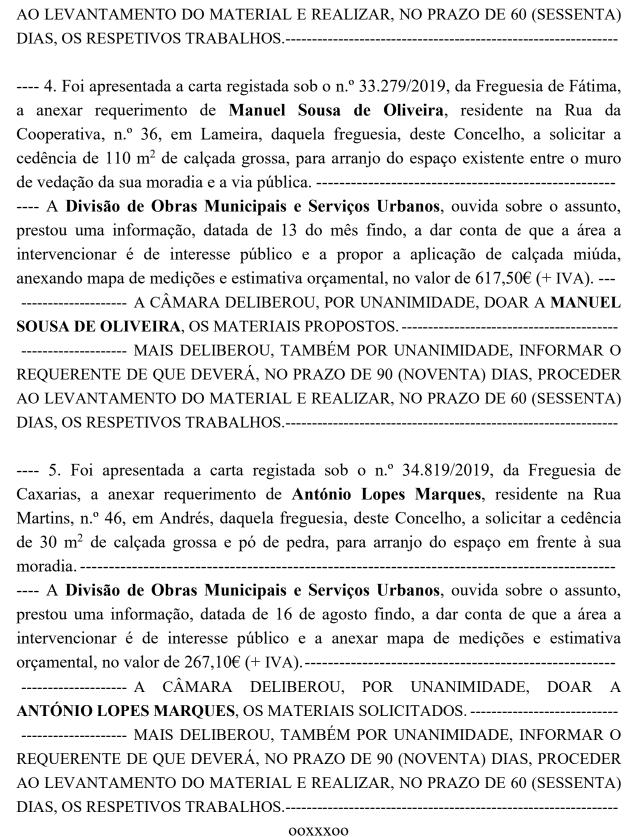
P076/2019 – EXPANSÃO DO PARQUE RIBEIRINHO DR. ANTÓNIO TEIXEIRA – 1.^a FASE---------- No âmbito do procedimento indicado em epígrafe, foi apreciada a informação, datada de 04 de setembro corrente, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento, a anexar o relatório final registado sob o n.º 19.186-A/2019 e a propor a sua adjudicação à empresa Major, Santos & Filhos, Limitada, com sede na Rua Francisco Sá Carneiro, n.º 670, em Vale Freixo, da Freguesia de Espite, deste Concelho, pelo valor de 349.265,36€ (acrescido de IVA à taxa legal em vigor) e pelo prazo de execução de 240 dias. Mais remete, para aprovação, a minuta de contrato a celebrar, solicitando a designação do respetivo gestor.---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: -----PRIMEIRO – APROVAR O RELATÓRIO FINAL DO JÚRI E ADJUDICAR A EMPREITADA "P076/2019 – EXPANSÃO DO PARQUE RIBEIRINHO DR. ANTÓNIO TEIXEIRA – 1.ª FASE", À FIRMA MAJOR, SANTOS & FILHOS, LIMITADA, PELO MONTANTE DE 349.265,36€ E PELO PRAZO DE EXECUÇÃO DE 240 DIAS; -----SEGUNDO – APROVAR A REFERIDA MINUTA DO CONTRATO; ------TERCEIRO – DESIGNAR COMO GESTOR DO CONTRATO O TÉCNICO SUPERIOR LUÍS PAULO DOS SANTOS RATO NISA RIBEIRO. ----ooxxxoo 000 PEDIDOS DE MATERIAIS --------- 1. Foi apresentada a carta registada sob o n.º 30.173/2018, da Freguesia de Seiça, a anexar requerimento de João Manuel Loureiro, residente na Rua do Casal, n.º 21, em Fontainhas, daquela freguesia, deste Concelho, a solicitar a cedência de 40 m² de calçada grossa e pó de pedra, para arranjo do espaço existente entre o muro de vedação da sua moradia e a via pública. ---------- Ouvida sobre o assunto, a Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos prestou uma informação, datada de 13 do mês findo, a dar conta de que a área a intervencionar não viola nenhum plano em vigor e de que se trata de espaço de domínio público, anexando mapa de medições e estimativa orçamental, no valor de 608,80€ (+ IVA). ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DOAR A **JOÃO**



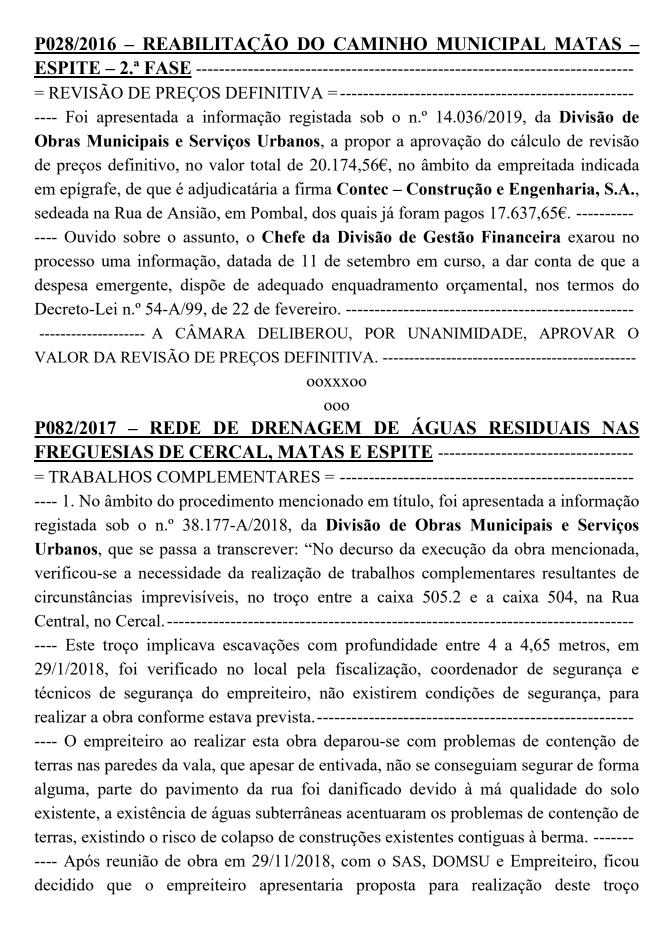
AO LEVANTAMENTO DO MATERIAL E REALIZAR, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, OS RESPETIVOS TRABALHOS.-----



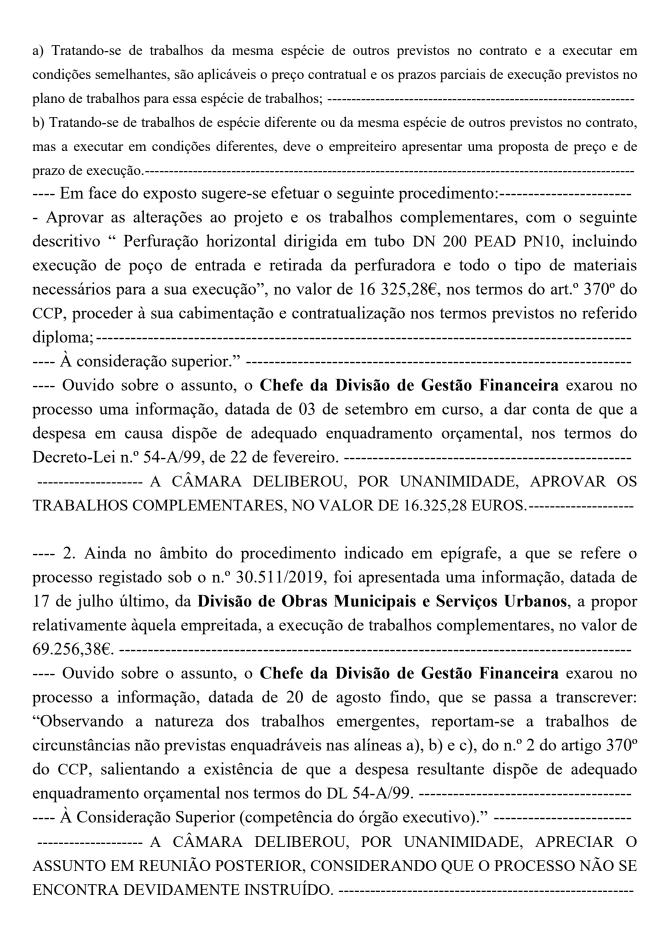








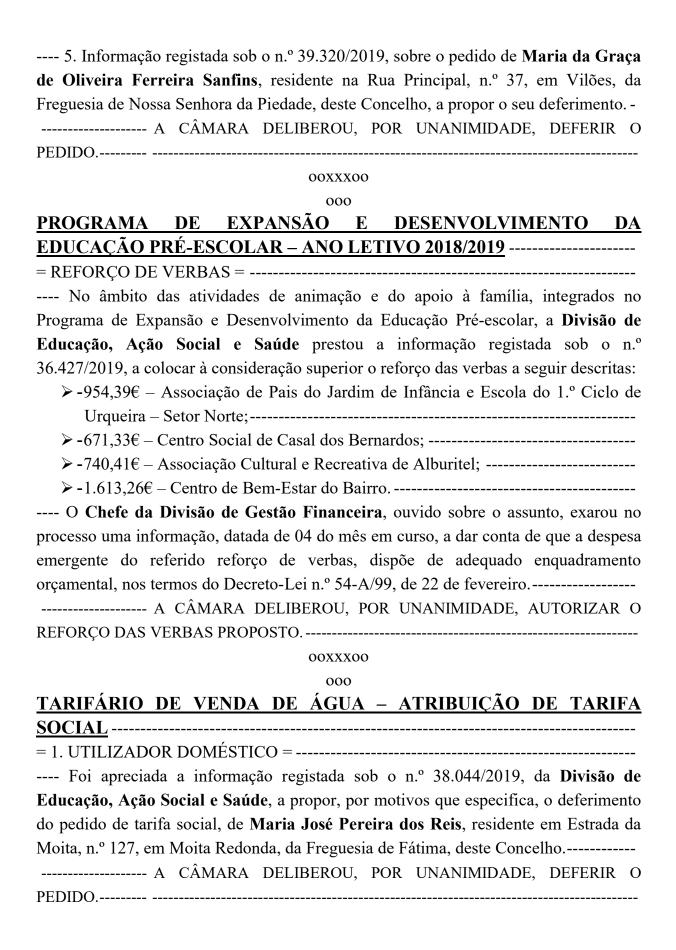
recorrendo à técnica de "Perfuração Horizontal Dirigida", trabalhos não previstos em projeto, mas que são necessários para que a obra fosse devidamente executada em condições de segurança. ---- Os trabalhos complementares só foram do conhecimento da fiscalização durante o decurso da empreitada. Desta forma trata-se de uma situação não prevista, enquadrável no n.1 do art.º 370.º do Código dos Contratos Públicos (CCP). --------- Os trabalhos em causa não podem ser técnica e economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconvenientes graves para o dono de obra, conforme a) do n.º 2 do art.º 370.º do CCP. ---------- O custo dos trabalhos complementares, conforme proposta informal apresentada pelo empreiteiro, é de 16 325,28 €, correspondente a menos de 10% do valor contratual, 976 185,30€, conforme a b) do n.º 2 do art.º 370.º do CCP.------------ Artigo 370.° ----------- Trabalhos complementares 1 – São trabalhos complementares aqueles cuja espécie ou quantidade não esteja prevista no contrato. 2 – Quando os trabalhos complementares resultem de circunstâncias não previstas, pode o dono da obra ordenar a sua execução ao empreiteiro desde que, de forma cumulativa: -----a) Não possam ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconvenientes graves e impliquem um aumento considerável de custos para o dono da obra;-----b) O preço desses trabalhos, incluindo o de anteriores trabalhos complementares igualmente decorrentes de circunstâncias não previstas, não exceda 10% do preço contratual; -----e----c) O somatório do preço contratual com o preço atribuído aos trabalhos complementares não exceda os limites previstos na alínea d) do artigo 19.º, quando o procedimento adotado tenha sido o ajuste direto, na alínea c) do mesmo artigo quando o procedimento tenha sido o da consulta prévia ou na alínea b) do artigo 19.º quando o procedimento adotado tenha sido o concurso público ou o concurso limitado por prévia qualificação sem publicação do respetivo anúncio no Jornal Oficial da União Europeia; --------- Os trabalhos complementares a realizar são trabalhos de espécie diferente dos previstos no contrato, e os preços unitários são os preços novos para trabalhos de espécie diferente, situação enquadrável na alínea b) do n.º 1 do art.º 373.º do CCP.---------- Artigo 373.° ------------ Preço e prazo de execução dos trabalhos complementares 1 - Na falta de estipulação contratual, o preço a pagar pelos trabalhos complementares e o respetivo prazo de execução são fixados nos seguintes termos:-----

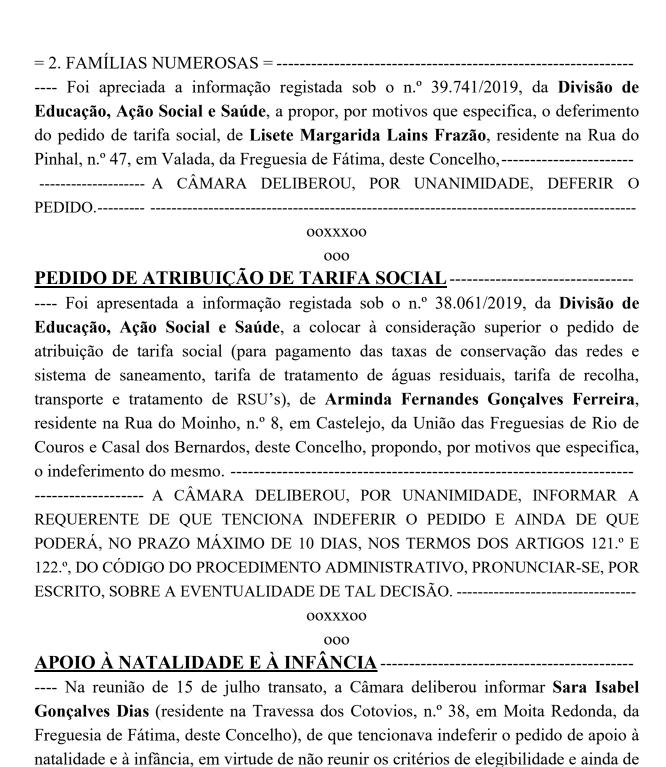




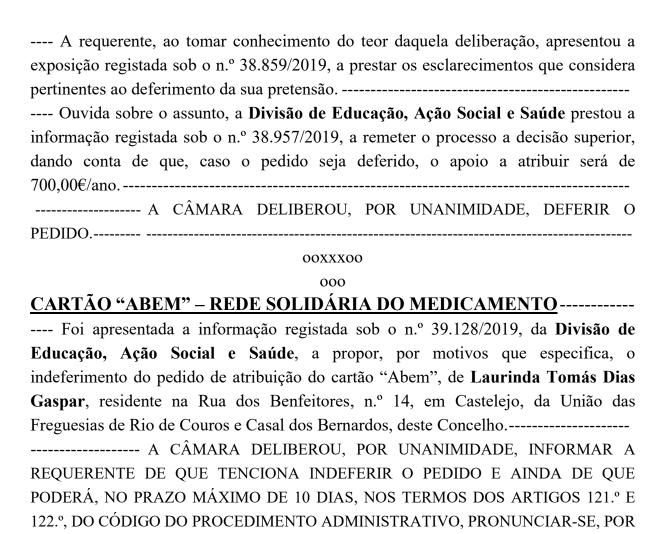
ooxxxoo

PEDIDOS DE APOIO DE AÇÃO SOCIAL DIRETA
No âmbito das normas de atribuição de apoio alimentar e de apoio em vestuário,
calçado, têxteis e outros, aprovadas por deliberação tomada por esta Câmara
Municipal, em reunião de 07 de julho de 2017, foram apresentadas as informações que
a seguir se especificam, da Divisão de Educação, Ação Social e Saúde, sobre os
pedidos que de igual modo se identificam:
1. Informação registada sob o n.º 24.540-A/2019, sobre o pedido de Fernando de
Sousa Pinheiro Roque, residente na Rua 25 de Abril, n.º 30, em Gondemaria, da
União das Freguesias de Gondemaria e Olival, deste Concelho, a propor o seu
deferimento
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DEFERIR O
PEDIDO
2. Informação registada sob o n.º 33.345/2019, sobre o pedido de Maria Goreti
Geraldo Trigo Silva, residente na Rua Fundo dos Serrados, s/n.º, em Sorieira, da
Freguesia de Seiça, deste Concelho, a propor o seu deferimento
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DEFERIR O
PEDIDO
3. Informação registada sob o n.º 33.372/2019, sobre o pedido de Maria Helena
Mendes Ribeiro da Silva, residente na Rua 1.º de Dezembro, n.º 22, rés do chão
esquerdo, nesta cidade, a propor o seu deferimento
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DEFERIR O
PEDIDO
4. Informação registada sob o n.º 39.234/2019, sobre o pedido de Emília de Jesus
Marques Teixeira, residente na Rua Nabão Sul, n.º 33, em Ramalheira, da União das
Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, deste Concelho, a propor o
seu deferimento
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DEFERIR O
PEDIDO





que poderia, no prazo máximo de 10 dias, nos termos dos artigos 121.º e 122.º, do Código do Procedimento Administrativo, pronunciar-se sobre a eventualidade de tal decisão.-----

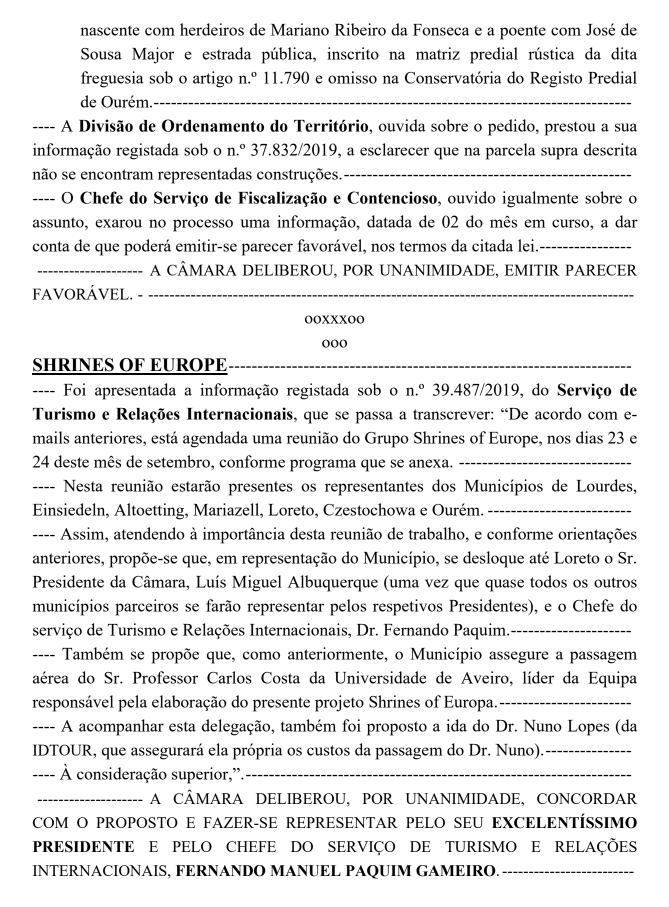


ESCRITO, SOBRE A EVENTUALIDADE DE TAL DECISÃO. -----

AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES OU CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE (LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO)------

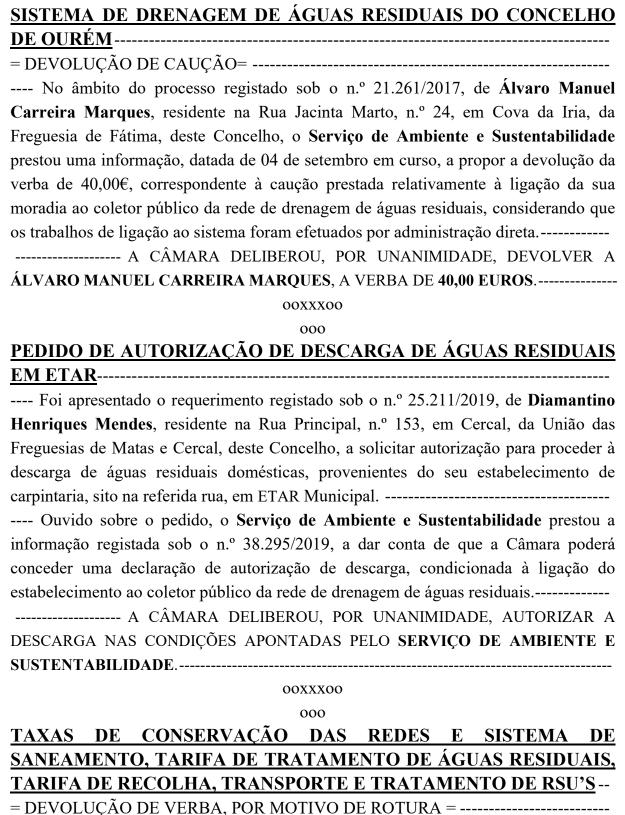
Prédio rústico composto por terra de semeadura com oliveiras, no sítio de Cabeceiro da Valada, em Soutaria, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, do Concelho de Ourém, com a área de 1750 m², a confrontar a norte com José de Sousa Major e outros, a sul com herdeiros de Gertrudes Batista, a

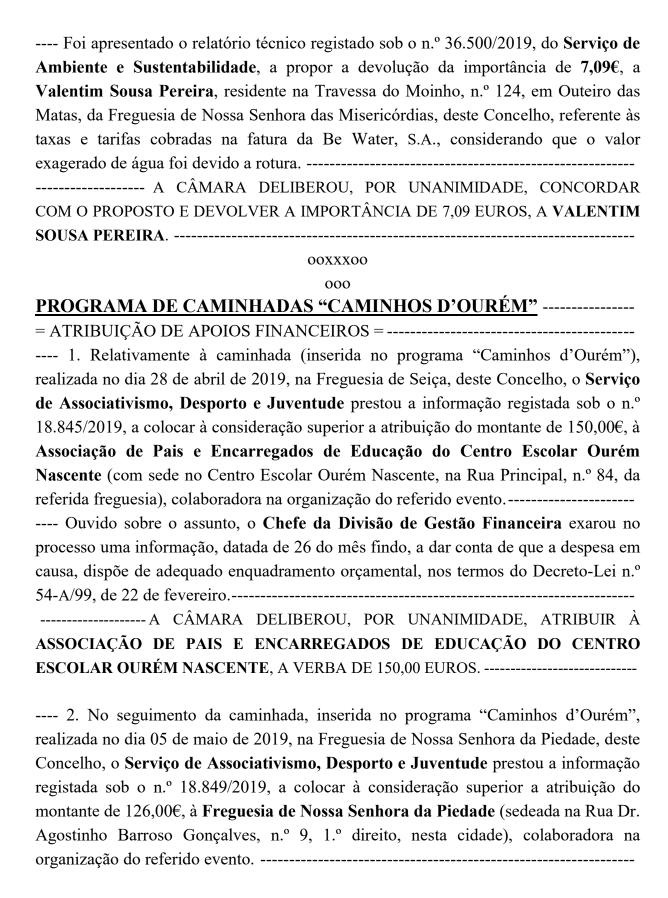




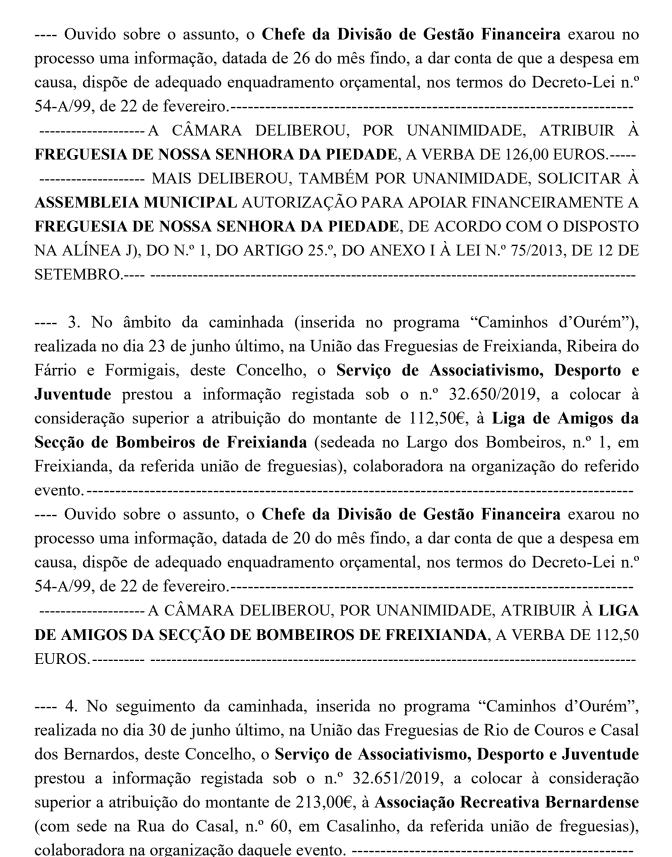


ooxxxoo

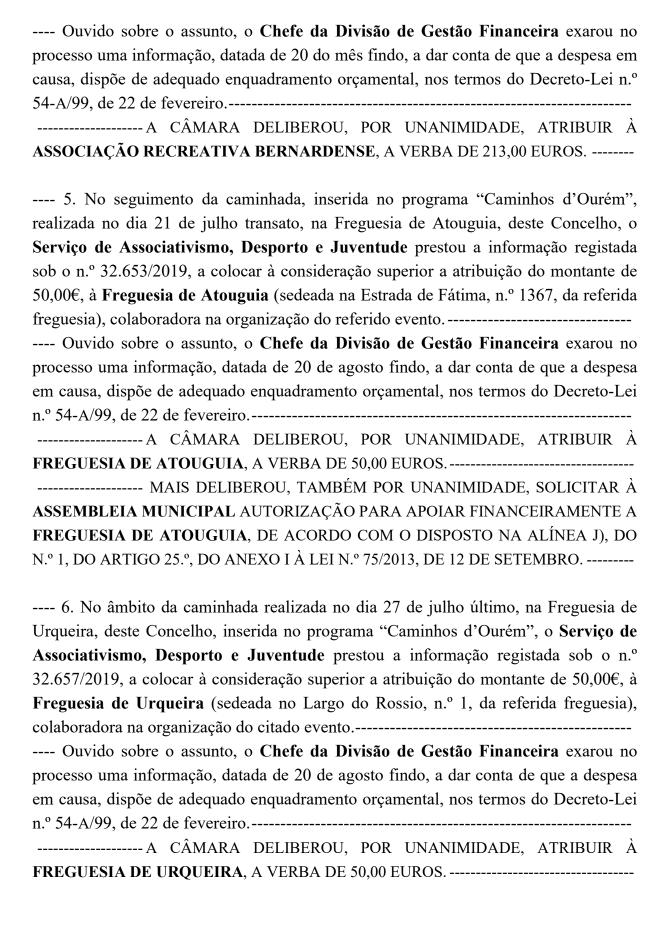




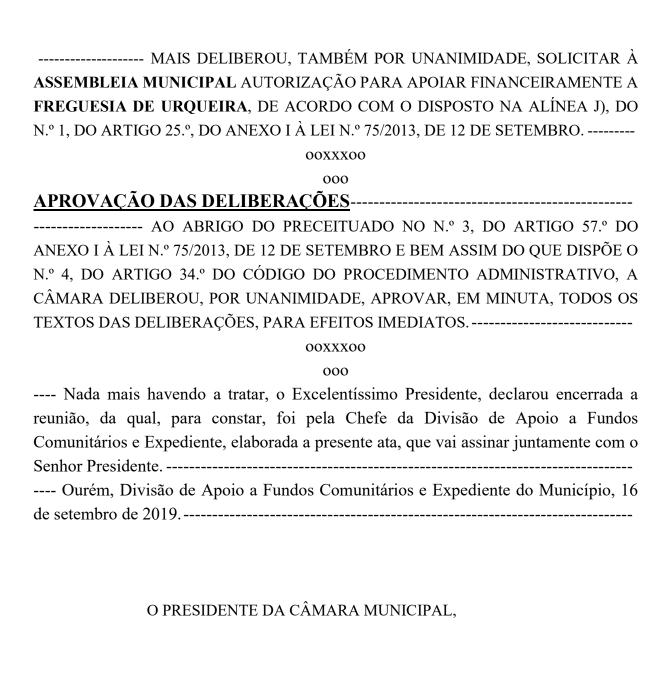












A CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS E

EXPEDIENTE.



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 16/09/2019

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2018.07.16;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos;
- = Aprovação de atas Reunião de Câmara de 02 de setembro de 2019.

1.2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

- = Grupo de Amigos de São Josemaría Escrivá Proposta de atribuição de topónimo e colocação de estátua em Fátima Carta registada sob o n.º 16.905/2019, daquele grupo;
- = Unidades Orgânicas Flexíveis e Estatuto Remuneratório Proposta registada sob o n.º 40.028/2019, do Senhor Presidente.

2. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Aquisição de Placas Toponímicas no Limite Urbano da Cidade de Fátima Proposta de Protocolo de Colaboração, a celebrar com a Freguesia de Fátima Carta registada sob o n.º 4446/2019, daquela freguesia;
- = Equipas de Intervenção Permanente Adenda ao Protocolo Carta registada sob o n.º 31.638/2019, da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

2.1. SETOR DE CONTABILIDADE

= Eleição para o Parlamento Europeu 2019 – Transferência de verbas – Carta registada sob o n.º 37.758/2019, da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, instruído com uma informação, datada de 30 de agosto findo, do Setor de Contabilidade.

2.2. SETOR DE PATRIMÓNIO

- = Acidente de Viação Requerimento registado sob o n.º 23.610/2019, de João Pedro Abreu Marques, sobre acidente ocorrido na Estrada Nacional 356, em Rio de Couros União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, no dia 29/05/2019;
- = Pedido de mobiliário Carta registada sob o n.º 27.426/2019, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival;
- = Aquisição de parcela de terreno sita em Castanheirinho, da União das Freguesias de Matas e Cercal Informação registada sob o n.º 31.241/2019, do Setor de Património (SP);
- = Arrendamento de Edificio sito no Parque da Cidade António Teixeira Informação registada sob o n.º 40.306/2019, do SP.

2.3. SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

= P109/2019 - Aluguer de viatura ligeira de passageiros (Táxi) - para reforço do transporte escolar do ano letivo 2019/2020 - Processo registado sob o n.º 22.548/2019, instruído com



uma informação, datada de 29 de agosto de 2019, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento.

3. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS URBANOS

- = Pedidos de cedência de materiais:
 - 1. Carta registada sob o n.º 30.173/2018, da Freguesia de Seiça, a anexar pedido de João Manuel Loureiro;
 - 2. Carta registada sob o n.º 22.984/2019, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, a anexar pedido de António Acácio Major Marques;
 - 3. Carta registada sob o n.º 25.098/2019, da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, sobre pedido de Luís António Vieira Manalvo da Silva;
 - 4. Carta registada sob o n.º 33.279/2019, da Freguesia de Fátima, a anexar pedido de Manuel Sousa de Oliveira;
 - 5. Carta registada sob o n.º 34.819/2019, da Freguesia de Caxarias, a anexar pedido de António Lopes Marques;
- = P028/2016 Reabilitação do Caminho Municipal Matas Espite 2.ª fase Revisão de preços definitiva Informação registada sob o n.º 14.036/2019, da Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos (DOMSU);
- = P082/2017 Rede de Drenagem de Águas Residuais nas Freguesias de Cercal, Matas e Espite Trabalhos complementares:
 - 1. Informação registada sob o n.º 38.177-A/2018, da DOMSU;
 - Processo registado sob o n.º 30.511/2019, instruído com as informações, datadas de 17 de julho transato e de 20 de agosto findo, da DOMSU e do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, respetivamente.

4. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

- = Pedidos de Apoio de Ação Social Direta:
 - 1. Informação registada sob o n.º 24.540-A/2019, da Divisão de Educação, Ação Social e Saúde (DEASS);
 - 2. Informação registada sob o n.º 33.345/2019, da DEASS;
 - 3. Informação registada sob o n.º 33.372/2019, da DEASS;
 - 4. Informação registada sob o n.º 39.234/2019, da DEASS;
 - 5. Informação registada sob o n.º 39.320/2019, da DEASS;
- = Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar Ano letivo 2018/2019 Reforço de verbas Informação registada sob o n.º 36.427/2019, da DEASS;
- = Tarifário de venda de água Atribuição de tarifa social:
 - 1. Utilizador doméstico Informação registada sob o n.º 38.044/2019, da DEASS;
 - 2. Família numerosa Informação registada sob o n.º 39.741/2019, da DEASS;
- = Pedido de atribuição da tarifa social Informação registada sob o n.º 38.061/2019, da DEASS.
- = Apoio à natalidade e à infância Informação registada sob o n.º 38.957/2019, da DEASS;
- = Cartão "Abem" Rede Solidária do Medicamento Informação registada sob o n.º 39.128/2019, da DEASS.



5. DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS E EXPEDIENTE

5.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE, ARQUIVO E REPROGRAFIA

= Ampliação do número de compartes ou constituição de compropriedade – Requerimento registado sob o n.º 36.070/2019, de Maria Cristina Frazão de Sousa Gaspar, sobre prédio sito em Ventilharia – União das Freguesias de Gondemaria e Olival.

6. SERVIÇO DE TURISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

= Shrines of Europe – Informação registada sob o n.º 39.487/2019, do Serviço de Turismo e Relações Internacionais.

7. SERVIÇO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Sistema de drenagem de águas residuais do Concelho de Ourém Devolução de caução Processo registado sob o n.º 21.261/2017, de Álvaro Manuel Carreira Marques, instruído com uma informação, datada de 04 de setembro em curso, do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade (SAS);
- = Pedido de autorização de descarga de águas residuais em ETAR Requerimento registado sob o n.º 25.211/2019, de Diamantino Henriques Mendes;
- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's Devolução de verba, por motivo de rotura Relatório técnico registado sob o n.º 36.500/2019, do SAS.

8. SERVIÇO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE

- = Programa de caminhadas "Caminhos d'Ourém" Atribuição de apoio financeiro:
 - 1. Informação registada sob o n.º 18.845/2019, do Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude (SADJ);
 - 2. Informação registada sob o n.º 18.849/2019, do SADJ;
 - 3. Informação registada sob o n.º 32.650/2019, do SADJ;
 - 4. Informação registada sob o n.º 32.651/2019, do SADJ;
 - 5. Informação registada sob o n.º 32.653/2019, do SADJ;
 - 6. Informação registada sob o n.º 32.657/2019, do SADJ.

Câmara Municipal de Ourém, 11 de setembro de 2019

O Presidente da Câmara

Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque



ADITAMENTO À ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 16/09/2019

1. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

= 3.º Festival Literário de Fátima (Tábula Rasa) – Proposta de Protocolo de Colaboração a celebrar com a Freguesia de Fátima – Informação registada sob o n.º 28.815-A/2019, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira.

1.1. SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

= P076/2019 - Expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira - 1ª Fase - Relatório Final registado sob o n.º 19.186-A/2019, do Júri, instruído com uma informação, datada de 04 de setembro em curso, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento.

Câmara Municipal de Ourém, 12 de setembro de 2019

O Presidente da Câmara

Luís Miguel Albuquerque



DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Processos deferidos por despachos dos Exmos. Presidente e Vereadores, 02-09-2019 a 13-09-2019

Processo nº	Requerente	Local				
266/2015	Abílio Gonçalves Oliveira	Rua Francisco Marto, n.º 3 – Freguesia de Fátima				
1372/1995	António Batista Santos	Pinhel – Freguesia de Atouguia				
348/2016	Fátima Exporte Lda.	Av. Beato Nuno, n.º 152, Freguesia de Fátima				
343/2016	Filipe André Domingues Moleiro Rua do Cabeço, n.º 137 - Freguesia de Nossa Se Misericórdias					
1096/1983	José Jesus Vieira Frazão e Outros	Rua das Calçadinhas, n.º 3, Ventilharia, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival				
155/2016	José Luís Barrento Ferreira	Estrada da Figueirinha, n.º 10, Alqueidão, Nossa Senhora da Piedade				
245/2018	Maria da Conceição Lains Vieira	Estrada da Moita, n.º 46 – Moita Redonda – Freguesia de Fátima				
341/2018	8 Sara Isabel Marques de Sousa Rua Fonte do Povo – Fregues Seiça					
258/2017	Regato – Lote 25 – Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias					

Ourém 16 de setembro de 2019

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DOT



SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 02/09/2019 a 13/09/2019

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento				
27072	STTAF-Serviços de Transportes, Lda.	Transferência de licença de Taxi				
22536	Blocotelha-Steel Construccions, Sa	Inspeção periódica de elevadores				
39261	Grupo Cultural Desportivo e Recreativo Bairrense	Licença de Ruído				
29477	Luís Marques de Sousa	Inspeção periódica de elevadores				
29477	Joaquim Manuel de Sousa	Inspeção periódica de elevadores				
39435	Fábrica da Igreja paroquial da Atouguia	Licença de Ruído				
39489	Administração do Condomínio da Rua de São Domingues, n.º 6ª- Fátima	Inspeção periódica de elevadores				
39566	Instituto Religiosos Sagrado Coração de Maria	Inspeção periódica de elevadores				
39592	P ' Escola-Associação Cultural e Recreativa e Desportiva Soutaria	Outras atividades que podem afetar o trânsito normal				
39435	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Atouguia	Licença de Ruído				
39631	União Desportiva da Gondemaria	Outras Atividades que podem afetar o trânsito Normal				
40668	Casa do Povo de Fátima	Outras Atividades que podem afetar o trânsito Normal				

Ourém, 16 de setembro de 2019

Vítor Manuel de Sousa Dias

Chefe do Serviço de Fiscalização e Contencioso



APOIO FINANCEIRO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A FREGUESIA DE FÁTIMA – AQUISIÇÃO DE PLACAS TOPONÍMICAS NO LIMITE URBANO DA CIDADE DE FÁTIMA"

PREÂMBULO

Considerando que:

- 1. A Freguesia de Fátima pretende promover a aquisição de placas de toponímia para colocar no limite urbano da Cidade de Fátima.
- 2. os municípios dispõem de atribuições no domínio do ordenamento do território e urbanismo, de acordo com a alínea n) do n.º 2, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 3. As freguesias dispõem de competências próprias no âmbito ordenamento urbano, de acordo com a alínea j) do n.º 2 do artigo 7.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, definindo complementarmente, a alínea dd) do n.º 1 do artigo 16º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que compete ao órgão executivo da freguesia, colocar e manter as placas toponímicas.
- 4. As receitas próprias e as verbas provenientes do Orçamento de Estado, afetas às Freguesias, são manifestamente insuficientes para a prossecução das suas atribuições.
- 5. Os municípios devem promover a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias.

Pelo exposto e nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre:

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque;



е

SEGUNDO OUTORGANTE: Freguesia de Fátima, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 506 927 512, com sede na Avenida Irmã Lúcia de Jesus, n.º 181, em Fátima, representada neste ato pelo Presidente da respetiva Junta de Freguesia, Humberto António Figueira da Silva.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objecto)

Constitui objeto do presente Protocolo, o apoio financeiro à aquisição de placas toponímicas para diversas ruas na zona urbana da cidade de Fátima.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 11.250 euros (Onze Mil Duzentos e Cinquenta Euros)
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído será pago, conforme o seguinte cronograma.
 - a. 3.750 euros em outubro de 2019;
 - b. 3.750 euros em dezembro de 2019;
 - c. 3.750 euros em fevereiro de 2020.
- 2. O montante relativo à primeira prestação do presente contrato, funcionará a título de adiantamento.



- O pagamento da segunda e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativos dos pagamentos em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 4. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago que não se encontre devidamente justificado.

5.	O pagamen	to sei	rá efetuado	por tra	ansferé	ència banca	ária,	para a	conta	bancária	da
	Freguesia	de	Fátima,	com	0	número	de	iden	tificação	banc	ária
						_, da		entic	dade	banc	ária
						_, conforme	cor	nsta no	Anexo	– I, que	faz
	parte integra	inte do	presente p	rotocolo							

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (directamente ao através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);



- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;
- g) Comunicar ao Primeiro Outorgante o início da realização dos trabalhos a executar;

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 7.ª

(Acompanhamento e fiscalização das intervenções realizadas no âmbito objecto de apoio)

- A execução física das intervenções a executar, no âmbito do presente protocolo será objecto de acompanhamento e fiscalização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos documentos de despesa apresentados pelo Segundo Outorgante.
- Para uma adequada articulação entre o Primeiro Outorgante e o Segundo Outorgante, no âmbito do cumprimento do presente contrato, podem os representantes indicados por ambas, reunir-se, trimestralmente, ou sempre que necessário, devendo ser elaboradas atas das reuniões.



CLÁUSULA 8.ª

(Controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos que venham a ser solicitados.

CLÁUSULA 9.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 10.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 11.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA DÉCIMA 13.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.



Aprovações:	
Câmara Municipal:	
Assembleia Municipal (se aplicável):	
	npreende <u>7</u> folhas às quais se juntam <u>4</u> folhas cadas pelos Outorgantes, à exceção da folha 7, smos.
Celebrado aos dias do mês de igual teor e validade, destinando-se cada um	de 2019, em dois exemplares de n deles aos seus Outorgantes.
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho	Humberto António Figueira da Silva

Albuquerque



APOIO FINANCEIRO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A FREGUESIA DE FÁTIMA – TÁBULA RASA – III FESTIVAL LITERÁRIO DE FÁTIMA"

PREÂMBULO

Considerando que:

- A Freguesia de Fátima pretende promover no decurso de 2019, a 3º edição do Festival Literário de Fátima, designado de Tábula Rasa
- 2. Os municípios dispõem de atribuições no domínio do património e da cultura, de acordo com a alíneas e) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 3. As freguesias dispõem de competências próprias no âmbito da cultura e dos tempos livres, de acordo com a alíneas d) do n.º 2 do artigo 7.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 4. As receitas próprias e as verbas provenientes do Orçamento de Estado, afetas às Freguesias, são manifestamente insuficientes para a prossecução das suas atribuições.
- 5. Os municípios devem promover a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias.

Pelo exposto e nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque;



е

SEGUNDO OUTORGANTE: Freguesia de Fátima, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 506 927 512, com sede na Avenida Irmã Lúcia de Jesus, n.º 181, em Fátima, representada neste ato pelo Presidente da respetiva Junta de Freguesia, Humberto António Figueira da Silva.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objecto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da promoção de atividades 3.ª edição do Festival Literário de Fátima, designado de Tábula Rasa.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 15.000,00€ (Quinze Mil Euros), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. 7.500 euros em outubro de 2019;
 - b. 7.500 euros em janeiro de 2020.



- O pagamento da segunda (e última) prestação está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

4.	O pagamen	ito sei	rá efetuado	por tra	ansfer	ência banca	ária,	para a	a conta	bancária	da
	Freguesia	de	Fátima,	com	0	número	de	ider	ntificação	banc	ária
						_, da		enti	dade	banc	ária
						_, conforme	con	ista no	Anexo	– I, que	faz
	parte integra	ante do	presente p	rotocolo							

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);



 f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 7.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação no evento a promover do apoio técnico e financeiro concedido pelo Primeiro Outorgante, incluindo, nomeadamente, o logotipo do Município de Ourém em todos os materiais publicitários e de divulgação.

CLÁUSULA 8.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.



CLÁUSULA 9.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 10.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 11.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 12.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.



CLÁUSULA DÉCIMA 13.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal:	
Assembleia Municipal:	
•	preende <u>7</u> folhas às quais se juntam er rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da dos mesmos.
Celebrado aos () dias do mês de igual teor e validade, destinando-se cada um	de 2019, em dois exemplares de deles aos seus Outorgantes.
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque	Humberto António Figueira da Silva